



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 24 de maio de 2011

A CRITICA Governador Omar Aziz diz que vai lutar pelo modelo ZFM.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Amazonas perde vantagem na produção de tablets	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
VALOR ECONÔMICO GOVERNO PUBLICA MP QUE DESONERA TABLETS.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO PORTARIA ELEVA TAXA PARA USO DO SISCOMEX NAS IMPORTAÇÕES	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO PARA FABRICANTES NACIONAIS, INICIATIVA ATENDE ÀS NECESSIDADES DO SETOR.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO FIESP E CENTRAIS PREPARAM PROPOSTA	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO UM TABLET MAIS VERDE E AMARELO	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Um tablet mais verde e amarelo	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CONVERGÊNCIA DIGITAL Tablets: Governo negocia envio de brasileiros para a Foxconn	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP BRASIL TEM SUPERÁVIT COMERCIAL DE US\$ 286 MILHÕES NA 3ª SEMANA DE MAIO	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MANAUS ONLINE SUFRAMA e Governo do Estado incentivam produção de orgânicos.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Governo Federal nega instalação da Adidas na ZFM.....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Produtos orgânicos são incentivados pela Suframa e Governo do Estado.....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Governador Omar Aziz diz que vai lutar pelo modelo <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Omar Aziz vai se reunir com Dilma Rousseff, que teve no Estado a maior votação nacional. Nesta segunda-feira, o **Governo Federal** publicou MP 534 que traz desvantagens a **ZFM** na **produção** de tablets

Manaus, 23 de Maio de 2011

acritica.com

O governador do **Amazonas**, Omar Aziz (PSD), afirmou que a Medida Provisória (MP) 534 é mais uma mutação contra a **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**. “Desde que foi votada a Lei de Informática o **Amazonas** vem perdendo, ano a ano, espaço na competitividade. Não é possível mais conviver com este cenário econômico de prejuízos”.


Aproveitando o momento em que está sendo travada discussão para reforma fiscal, o governador levará à presidente da República, Dilma Rousseff (PT), na semana que vem, alternativas para fortalecimento do modelo econômico do **Amazonas**. Ele reúne amanhã, quarta-feira, com a bancada do **Amazonas**, em Brasília, para discutir as propostas.

“Com a Medida Provisória 534 sendo remetida a Lei de Informática desonerando Pis, Cofins, IPI e II, há perda de competitividade da **Zona Franca**. E isso não é possível. É preciso que o País entenda que o **Amazonas**

é parte da federação nacional, que a presidente Dilma teve no estado a maior votação nacional e que eu, como governador, tenho obrigação de lutar por mais empregos e pela consolidação do modelo econômico”.

O governador destacou que este é o momento de todos se unirem: classe trabalhadora, classe patronal e política em defesa da **Zona Franca** de **Manaus**. “Todos temos que ter claro que a partir de agora tudo o que se criar ou inventar será pela informática e pela lei que está aí, nós não teremos como competir com outros estados, principalmente São Paulo. Então, vamos nos unir e lutar até o fim”, disse.

Durante a tarde de ontem, Omar Aziz falou com o ministro chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, com o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, e com o secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, para definir a formatação dos pleitos de interesse do Estado a serem tratados com a equipe Econômica do **Governo Federal**.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Amazonas perde vantagem na produção de tablets		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Para secretário da Seplan, decisão do **Governo Federal** contradiz o compromisso que a presidente Dilma Rousseff (PT) assumiu com a **Zona Franca de Manaus**

Manaus, 23 de Maio de 2011

Audrey Bezerra

O secretário de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico, Marcelo Lima Filho afirmou nesta segunda-feira (23), em entrevista ao acritica.com, que a publicação da Medida Provisória (MP) 534 que inclui o tablet PC (computadores em forma de prancheta) no Programa de Inclusão Digital, contradiz com o compromisso que a presidente Dilma Rousseff (PT) assumiu com a **Zona Franca de Manaus**.

Para ele, a decisão foi política e deve desestimular a **produção** desse produto no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**. A MP foi publicada nesta segunda-feira (23) no Diário Oficial da União.

“A decisão é danosa para o interesse da **Zona Franca de Manaus**. Perdemos qualquer competitividade. Essa decisão, na verdade, é contraditória com a visita da presidente Dilma, em **Manaus**, quando ela assumiu o compromisso de prorrogação e incentivos da **Zona Franca de Manaus**”, afirmou.

Segundo ele, não há, juridicamente, nenhuma possibilidade do Estado reaver a decisão. “Não consigo identificar nenhuma medida judicial que possa reaver essa decisão. Uma ADIN, sinceramente, eu não sei. Mas, acredito que a Procuradoria do Estado deve se manifestar sobre a situação”, declarou.

Na semana passada, o governador Omar Aziz disse que pretende conversar politicamente, mas num segundo momento está disposto a ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que a mudança na lei da informática traga prejuízos ao **PIM**. Ele afirmou que a Medida Provisória que prevê a desoneração do Pis/Cofins e redução do IPI para a **produção** tablets é inconstitucional.

Medida

A MP zera a alíquota de PIS e Cofins para a **produção** de tablets no País. A medida inclui um inciso no artigo 28 da Lei 11.196/2005 que trata, entre outros assuntos, do Programa de Inclusão Digital. O artigo 28 diz que ficam reduzidas a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos produtos especificados.

Com a MP publicada hoje, o artigo ganha o inciso sexto, que inclui as "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm (tablet PC)".

*Com informações da Agência Estado

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO PUBLICA MP QUE DESONERA TABLETS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Gustavo Brigatto e Luciana Otoni | De São Paulo e Brasília O **Governo Federal** publicou ontem a Medida Provisória (MP) que enquadra os tablets nas leis de incentivo à

fabricação de computadores no país.

A MP 534 - que inclui os tablets na Lei 11.196, conhecida como "Lei do Bem", e também na Lei de Informática - classifica os equipamentos como "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm²". O tamanho especificado representa um equipamento com tela de mais de seis polegadas.

Com a medida, o governo reduz em 31% a carga de tributos incidentes sobre os tablets, com corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS/Cofins e do Imposto de **Importação**.

A MP estabelece, ainda, que nas notas fiscais emitidas por fabricantes, atacadistas e varejistas, relativas à venda dos equipamentos, deverá constar a expressão "produto fabricado conforme processo produtivo básico".

Medida reduz em 31% carga de tributos incidentes sobre equipamentos, como IPI e PIS/Cofins

Na semana passada, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou que a expectativa do governo é de que os incentivos reduzam em 36% o preço dos tablets no país. De acordo com o ministro da Ciência e

Tecnologia, Aloizio Mercadante, 12 empresas já demonstraram interesse em produzir localmente. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, avalia que a fabricação desses dispositivos será feita por empresas de tecnologia já instaladas no país e também

companhias estrangeiras que tenham interesse em se instalar aqui. "Com a redução na carga tributária, o custo dos tablets no **Brasil** fica igual ao custo lá fora e isso torna o país atraente para fabricação desses equipamentos. E como temos um grande **mercado**, torna-se conveniente que as empresas se instalem aqui. Dessa maneira, vamos atrair empresas e incentivar as que já operam aqui", comenta Mantega.

O **Ministério** da Fazenda reduziu os impostos e publicou a MP incluindo os tablets na Lei 11.196, mas a efetiva diminuição na carga tributária ocorrerá somente nos próximos dias. A desoneração efetiva será concluída apenas após a Receita Federal publicar as instruções normativas especificando em quanto os tributos foram reduzidos e a partir de quando a medida entrará em vigor.

Para que as empresas comecem a fabricar, também falta uma portaria interministerial, pela qual será criado o **PPB** e definidos os critérios para a concessão dos benefícios fiscais. O material esteve em consulta pública até sexta-feira e as contribuições estão sendo analisadas pelos **Ministérios** da Ciência e Tecnologia e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**. A publicação do **PPB** ainda não tem data para ocorrer.

Segundo Mercadante, o texto define que as empresas devem começar a **produção** com 20% dos componentes fabricados no Brasil. Com o tempo, o índice de nacionalização evoluirá para 80%. A concessão do benefício tributário integral estará vinculada ao nível dessa nacionalização, sendo essa uma das pré-condições para a redução do IPI.

De acordo com o ministro, o percentual de nacionalização inclui a fabricação local de itens como semicondutores e telas dos equipamentos, peças que hoje são **importadas**. "Não queremos que seja feita só

a montagem. Queremos estimular a criação de uma indústria de semicondutores no Brasil", diz Mercadante.

No ano passado, a balança comercial da indústria eletroeletrônica teve um déficit de US\$ 11 bilhões por conta da **importação** de componentes.

A criação do **PPB** dos tablets vem sendo reivindicada pelos fabricantes desde o ano passado. O processo foi acelerado no começo deste ano por conta do interesse da Foxconn em instalar no país uma fábrica para produzir o iPad, da Apple. A companhia chinesa

também quer instalar no país fábricas que produzirão os componentes básicos para equipamentos como TVs, tablets e telefones celulares. "A Foxconn quer reduzir sua concentração na Ásia e para isso está olhando para países emergentes como o Brasil", diz Mercadante.

Segundo o ministro, representantes da Foxconn estarão em Brasília esta semana para apresentar os planos de investimento da companhia em uma nova linha de **produção** dedicada à Apple em Jundiaí (SP) e para debater o plano de investimento de US\$ 12 bilhões que estaria previsto para os próximos seis anos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PORTARIA ELEVA TAXA PARA USO DO SISCOMEX NAS <u>IMPORTAÇÕES</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marta Watanabe | De São Paulo

Uma portaria do **Ministério** da Fazenda deve garantir à Receita Federal uma arrecadação maior no desembaraço de **mercadorias importadas**. A medida também cria custo adicional para os **importadores**, principalmente para setores com cadeias de **produção** mais complexas, que **importam** grande diversidade de partes e peças, como o automotivo e o eletroeletrônico.

A Portaria nº 257, assinada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, eleva a taxa para registro da Declaração de **Importação** (DI) no Sistema Integrado de **Comércio** Exterior (Siscomex) de R\$ 30 para R\$ 185. A declaração é gerada em todo desembarque de **mercadorias**. A alteração, porém, não se restringiu à taxa pra a DI. A declaração elenca cada um dos produtos desembarcados pelo **importador** de acordo com código de classificação. Cada classificação significa uma adição na declaração. O valor da adição, que antes era de R\$ 10, passou para R\$ 29,50. A portaria entrou em vigor ontem, quando foi publicada no "Diário Oficial da União".

Com a alteração, deve aumentar a arrecadação da Receita com o registro de DIs. Estima-se que no ano passado houve emissão de DIs superior a 2,3 milhões. Se o novo valor já estivesse em vigor, a Receita Federal teria recolhido R\$ 425,5 milhões com os registros das declarações. O valor antigo rendeu algo em torno de R\$ 69 milhões.


"Isso levando em consideração apenas as DIs. É preciso lembrar que a Receita também aumentará a arrecadação com as adições nas declarações", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de

Comércio Exterior do **Brasil** (AEB). "Essa medida elevará de forma considerável o custo dos **importadores**."

Castro lembra que os setores mais atingidos serão os que **importam** uma diversidade grande de produtos por desembarque, que geram várias adições numa DI, como os segmentos de telecomunicações, automotivo e o eletroeletrônico. Esses segmentos **importam** muitos insumos, com várias partes e peças, o que resulta centenas de adições nas declarações.

Carol Monteiro de Carvalho, sócia do Bichara, Barata, Costa & Rocha Advogados, acredita que a medida tenta atualizar os valores cobrados no registro das declarações de **importações**. "É natural que as empresas com maior número de itens **importados** paguem valor maior porque elas estão utilizando mais o serviço." Ela lembra que a taxa cobrada deve ser proporcional ao serviço usado e que há previsão de que a exigência possa ser atualizada anualmente.

Castro explica que a cobrança da taxa existe desde 1999. "A justificativa era reaparelhar a Receita. Não houve elevação das taxas em todo esse período, mas esse reajuste ultrapassa a inflação acumulada no período. É uma medida que parece ter caráter arrecadatário, para aproveitar o ritmo vigoroso de **importações**", diz Castro. Ele lembra, porém, que a legislação permite que haja reajuste "conforme a variação dos custos de operação e dos investimentos no Siscomex". "É preciso lembrar, porém, que há uma grande necessidade de evolução do sistema também na parte relacionada às **exportações**."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PARA FABRICANTES NACIONAIS, INICIATIVA ATENDE ÀS NECESSIDADES DO SETOR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Moacir Drska e Marli Lima | De São Paulo e Curitiba Germano Couy, presidente da Megaware: Previsão de um impacto inicial de 20% no preço dos equipamentos

A publicação da Medida Provisória que desonera a **produção** dos tablets no **Brasil** foi bem recebida pelos fabricantes nacionais.

Em comunicado, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) informou que a nova medida privilegia a **produção** local e atende aos pleitos da entidade. Segundo a associação, o consumidor sentirá os efeitos da MP a partir do momento em que o governo aprovar os pleitos de concessão de incentivos apresentados pelas empresas instaladas no país, que se encontram em análise.

Hélio Rotenberg, presidente da Positivo Informática, ressalta que a MP saiu no limite do prazo e que os fabricantes agora correrão contra o tempo para que a iniciativa tenha reflexos ainda neste ano.

No caso da empresa, que prevê a **produção** de tablets com o sistema operacional Android, do Google, Rotenberg diz que os componentes começarão a ser **importados** em um prazo de 15 dias após a definição do Processo Produtivo Básico (**PPB**). "Leva 60 dias para chegar e o lançamento deve ocorrer em setembro ou outubro".

Para Germano Couy, presidente da Megaware, o quarto trimestre é o período mais provável para que o **mercado** sinta os primeiros impactos efetivos da MP. Nesse primeiro momento, a expectativa é de que a redução no preço final dos equipamentos não supere o patamar de 30%. "A redução deve ficar em 20%", diz.

Com previsão de lançamento também em outubro, a Megaware está desenvolvendo um modelo de tablet com tela de 10 polegadas. O produto será voltado exclusivamente ao **mercado** empresarial. Para Couy, a aposta na oferta do equipamento para segmentos específicos é a alternativa mais viável para a empresa fugir da difícil concorrência com fabricantes globais como Apple e Samsung no plano das ofertas para os consumidores.

Para José Roberto Campos, vice-presidente de produtos da Itautec, os fabricantes nacionais serão os primeiros a tirar proveito dos benefícios da MP. "É natural que a indústria local tenha mais flexibilidade para se adaptar às condições do **PPB**", afirma.

A Itautec planeja para o segundo semestre o lançamento de tablets e aplicativos para o **mercado** empresarial e de consumidores. Campos não revela, porém, quantos modelos serão colocados no **mercado**.

Procuradas pelo Valor, Sony, Motorola, Samsung, STI e MXT não encontraram executivos para comentar a publicação da MP.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO FIESP E CENTRAIS PREPARAM PROPOSTA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Projeto tem medidas para frear desindustrialização. **BNDES** diz que elabora pacote Ronaldo D'Ercole e Paulo Justus

. SÃO PAULO. Empresários e sindicalistas se uniram em defesa da competitividade da indústria acional e devem encaminhar ao governo proposta com um conjunto de medidas para frear o processo de desindustrialização provocado pela valorização do **dólar** ante o real. No topo da agenda que está sendo elaborada em conjunto pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, devem constar medidas consideradas "emergenciais" como a desoneração da folha de pagamento das empresas e o fim da guerra fiscal entre os estados que concedem incentivos às **importações**. O governo, por sua vez, já prepara um conjunto de medidas para promover a competitividade da indústria e amenizar o efeito cambial. O presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, disse ontem que as propostas estão sendo estudadas pelos **Ministérios** do **Desenvolvimento**, da Fazenda e de Ciência e Tecnologia.

- As medidas vão renovar a Política de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP). Já fizemos em março a prorrogação do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), também foi assegurado recurso ao **BNDES** para prover crédito para a indústria de serviços e infraestrutura. Agora, são necessárias medidas adicionais para melhorar a competitividade - disse ele, após participar de seminário em São Paulo. Segundo Paulo Skaf, presidente da Fiesp, o **dólar** barato está roubando a competitividade da indústria,

especificamente do setor de manufaturados, cujo déficit da balança comercial deve chegar a US\$ 100 bilhões, contra US\$ 70 bilhões em 2010.

- Também defendemos controles sobre a entrada de capitais, como a exigência de um tempo maior de permanência para os capitais especulativos - disse. Coutinho disse que o momento de valorização do real não deve ser tomado como algo irreversível pelo **mercado**. Segundo ele, a cotação da moeda está sujeita à conjuntura internacional. Uma melhora no desempenho das economias desenvolvidas ou a percepção do **mercado** de que o ingresso de capital estrangeiro no país não está sendo direcionado para investimentos podem mudar a tendência de apreciação da moeda, afirmou.

Para Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e representante da CUT, o país precisa passar a produzir itens com "mais conteúdo" e investir mais na qualificação de mão de obra.

Lembrando que as discussões entre as centrais e a indústria vêm ocorrendo desde janeiro, Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, classificou a situação de "muito grave": - Se você olha o país de cima, está tudo muito bem, a economia cresce, empregos são gerados. Mas, quando se olha para a indústria, a situação é grave: estamos virando um país de apertadores de parafuso.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO UM TABLET MAIS VERDE E AMARELO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo publica MP que incentiva **produção** de equipamentos no país. Doze empresas têm interesse

Eliane Oliveira e Martha Beck

BRASÍLIA e SÃO PAULO O governo publicou ontem, no Diário Oficial, a medida provisória (MP) 534, que estende aos tablets a redução e a isenção de tributos que já vigoram para a fabricação de computadores, o

que deverá permitir uma queda de até 36% nos preços dos equipamentos, pelos cálculos oficiais. Segundo o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, além da taiwanesa Foxconn, que vai se instalar em Jundiaí (SP), outras 11 empresas já demonstraram interesse em produzir tablets no país. Para terem direito aos benefícios, elas terão de cumprir, em um primeiro momento, um índice de 20% de **produção** local, dentro do chamado Processo Produtivo Básico (**PPB**). As tabuletas devem começar a ser produzidas no país num prazo entre 90 e 120 dias. A previsão é do presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato.

Mercadante revelou ao GLOBO que a meta do governo é que, em três anos, o percentual de nacionalização atinja 80%. Ele esclareceu que isso ainda está em discussão com outros **Ministérios**, mas adiantou que um dos objetivos é viabilizar, até 2014, a formação quase plena de uma nova cadeia produtiva, com componentes e semicondutores. O ministro também informou que as empresas que já se inscreveram para receber os benefícios são Foxconn, Positivo, Envision, Motorola, Samsung, LG, Itaotec, Sanmina, Compalead, Semp Toshiba, AIOX e MXT.

- Vamos substituir **importações**. Não queremos ser apenas montadores de tablets, mas também produzir componentes **importantes**. A indústria de eletroeletrônicos é como a automotiva. Quando você traz

uma montadora, traz o resto: distribuição, componentes etc. - afirmou o ministro. Pela legislação em vigor, o **PPB** consiste em um conjunto mínimo de operações na fábrica, que caracteriza a efetiva industrialização de um produto - ou seja, que ele não está sendo apenas montado aqui. E ele é utilizado como uma das contrapartidas para obtenção de benefícios fiscais pelas fabricantes de bens de informática, eletroeletrônicos e comunicações. Um dos critérios é a parcela do faturamento da empresa investida na **produção** que, de acordo com Mercadante, aumentará gradualmente. Esse critério foi criado para forçar que as indústrias migrem da simples montagem para a fabricação do produto.

Isenção completa de PIS/Confins

. A MP 534 enquadrou o tablet no **PPB** e criou um conceito para o equipamento, que passou a receber o mesmo tratamento tributário do laptop: "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm² (Tablet PC)".

Os incentivos estão previstos, basicamente, na Lei do Bem e na Lei de Informática. Os tablets poderão ter isenção completa de PIS/Cofins (hoje, 9,25%) na compra de máquinas e equipamentos, redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (de 15% para 3%) de acordo com o investimento em pesquisa e **desenvolvimento** e redução de Imposto de **Importação** e **ICMS**, a depender de cada estado. Outros incentivos são depreciação acelerada de máquinas e equipamentos e deduções do Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido.

Mercadante afirmou que o **Brasil** é um dos maiores **mercados** do mundo, caminhando para a venda de 17 milhões de computadores por ano. Lembrou que existem no país programas **importantes** de inclusão

digital, voltados para a sociedade em geral e a rede pública de ensino, contemplando 69 milhões de estudantes.

Responsável pelo Plano Nacional de Banda Larga, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, reforçou:

- Primeiro, vamos atrair montadoras de tablets para o Brasil, com o devido barateamento do produto, o que ajudará na inclusão digital. Mais para a frente, vamos aumentar o número de componentes fabricados aqui - disse ele que, na semana passada, estimando em até 36% a redução no custo de **produção**. - Nosso país tem uma forte demanda em potencial. O **mercado** brasileiro é muito atraente, enquanto Europa, Ásia e EUA são **mercados** fortes mas estão, de certa forma, saturados.

Fazendo coro a seus colegas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que os incentivos vão

baratear o custo de **produção** de tablets em 31%:
- A MP torna o **Brasil** mais atraente para a fabricação dos tablets.

Segundo Barbato, presidente da Abinee, empresas como Positivo, Itautec e HP já encaminharam ao **Ministério** da Ciência e Tecnologia pedido de inclusão de suas tabuletas na categoria de projetos produtivos básicos, como são classificados os

equipamentos beneficiados pelos incentivos fiscais da chamada Lei do Bem.

- Esse processo tem certa burocracia, mas com a nova MP agora pode deslançar - disse. Consumidor pagará cerca de R\$ 1.200 gundo Barbato, sem os incentivos seria inviável produzir tablets no Brasil. Com a MP, calcula, o preço médio deve ter redução de até 36%, chegando ao consumidor entre R\$ 1.200 e R\$ 1.300, dependendo da configuração: - A MP permite que o tablet seja usado no Programa de Inclusão Digital do governo, dando acesso a um número maior de pessoas ao produto. A MP é excelente para o consumidor e muito boa para a indústria.

Já o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, disse ontem que não recebeu ainda qualquer consulta por parte da Foxconn sobre concessão de crédito para seu projeto de expansão no país. Ele ponderou que a empresa já consultou o governo, e que o banco tem linhas voltadas à indústrias de tecnologia.

- Indústrias intensivas em alta tecnologia já são, há muito tempo, objeto de programas de fomento do **BNDES**. Não vamos precisar mudar nada que já existe para atender a esse segmento.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Um tablet mais verde e amarelo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo publica MP que incentiva produção de equipamentos no país. Doze empresas têm interesse

Eliane Oliveira e Martha Beck

O governo publicou ontem, no Diário Oficial, a medida provisória (MP) 534, que estende aos tablets a redução e a isenção de tributos que já vigoram para a fabricação de computadores, o que deverá permitir uma queda de até 36% nos preços dos equipamentos, pelos cálculos oficiais. Segundo o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, além da taiwanesa Foxconn, que vai se instalar em Jundiá (SP), outras 11 empresas já demonstraram interesse em produzir tablets no país. Para terem direito aos benefícios, elas terão de cumprir, em um primeiro momento, um índice de 20% de produção local, dentro do chamado Processo Produtivo Básico (**PPB**). As tabuletas devem começar a ser produzidas no país num prazo entre 90 e 120 dias. A previsão é do presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato.

Mercadante revelou ao GLOBO que a meta do governo é que, em três anos, o percentual de nacionalização atinja 80%. Ele esclareceu que isso ainda está em discussão com outros **Ministérios**, mas adiantou que um dos objetivos é viabilizar, até 2014, a formação quase plena de uma nova cadeia produtiva, com componentes e semicondutores. O ministro também informou que as empresas que já se inscreveram para receber os benefícios são Foxconn, Positivo, Envision, Motorola, Samsung, LG, Itaotec, Sanmina, Compalead, Semp Toshiba, AIOX e MXT.

- Vamos substituir importações. Não queremos ser apenas montadores de tablets, mas também produzir componentes importantes. A indústria de eletroeletrônicos é como a automotiva. Quando você traz

uma montadora, traz o resto: distribuição, componentes etc. - afirmou o ministro.

Pela legislação em vigor, o **PPB** consiste em um conjunto mínimo de operações na fábrica, que caracteriza a efetiva industrialização de um produto - ou seja, que ele não está sendo apenas montado aqui. E ele é utilizado como uma das contrapartidas para obtenção de benefícios fiscais pelas fabricantes de bens de informática, eletroeletrônicos e comunicações. Um dos critérios é a parcela do faturamento da empresa investida na produção que, de acordo com Mercadante, aumentará gradualmente. Esse critério foi criado para forçar que as indústrias migrem da simples montagem para a fabricação do produto.

Isenção completa

de PIS/Confins

A MP 534 enquadrou o tablet no **PPB** e criou um conceito para o equipamento, que passou a receber o mesmo tratamento tributário do laptop: "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm² (Tablet PC)".

Os incentivos estão previstos, basicamente, na Lei do Bem e na Lei de Informática. Os tablets poderão ter isenção completa de PIS/Cofins (hoje, 9,25%) na compra de máquinas e equipamentos, redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (de 15% para 3%) de acordo com o investimento em pesquisa e desenvolvimento e redução de Imposto de Importação e **ICMS**, a depender de cada estado. Outros incentivos são depreciação acelerada de máquinas e equipamentos e deduções do Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido.

Mercadante afirmou que o **Brasil** é um dos maiores **mercados** do mundo, caminhando para a venda de 17 milhões de computadores por ano. Lembrou que existem no país programas **importantes** de inclusão digital, voltados para a sociedade em geral e a rede pública de ensino, contemplando 69 milhões de estudantes.

Responsável pelo Plano Nacional de Banda Larga, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, reforçou:

- Primeiro, vamos atrair montadoras de tablets para o Brasil, com o devido barateamento do produto, o que ajudará na inclusão digital. Mais para a frente, vamos aumentar o número de componentes fabricados aqui - disse ele que, na semana passada, estimando em até 36% a redução no custo de **produção**. - Nosso país tem uma forte demanda em potencial. O **mercado** brasileiro é muito atraente, enquanto Europa, Ásia e EUA são **mercados** fortes mas estão, de certa forma, saturados.

Fazendo coro a seus colegas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que os incentivos vão baratear o custo de **produção** de tablets em 31%:

- A MP torna o **Brasil** mais atraente para a fabricação dos tablets.

Segundo Barbato, presidente da Abinee, empresas como Positivo, Itautec e HP já encaminharam ao **Ministério** da Ciência e Tecnologia pedido de inclusão de suas tabuletas na categoria de projetos produtivos básicos, como são classificados os equipamentos beneficiados pelos incentivos fiscais da chamada Lei do Bem.

- Esse processo tem certa burocracia, mas com a nova MP agora pode deslanchar - disse.

Consumidor pagará cerca de R\$1.200

Segundo Barbato, sem os incentivos seria inviável produzir tablets no Brasil. Com a MP, calcula, o preço médio deve ter redução de até 36%, chegando ao consumidor entre R\$1.200 e R\$1.300, dependendo da configuração:

- A MP permite que o tablet seja usado no Programa de Inclusão Digital do governo, dando acesso a um número maior de pessoas ao produto. A MP é excelente para o consumidor e muito boa para a indústria.

Já o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, disse ontem que não recebeu ainda qualquer consulta por parte da Foxconn sobre concessão de crédito para seu projeto de expansão no país. Ele ponderou que a empresa já consultou o governo, e que o banco tem linhas voltadas à indústrias de tecnologia.

- Indústrias intensivas em alta tecnologia já são, há muito tempo, objeto de programas de fomento do **BNDES**. Não vamos precisar mudar nada que já existe para atender a esse segmento.

COLABORARAM: Ronaldo D'Ercole e Paulo Justus

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL	EDITORIA	
	TÍTULO Tablets: Governo negocia envio de brasileiros para a Foxconn		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na próxima quinta-feira, 26/5, executivos da Foxconn estarão em Brasília para uma reunião com o governo brasileiro para definir os acordos finais para a ampliação dos investimentos da gigante chinesa de tecnologia no país. Nessa reunião está agendada uma discussão sobre qualificação de mão de obra. O governo quer mandar para a China cerca de 300 engenheiros que se especializarão nos processos de **produção** da fábrica da Foxconn.

Do ponto de vista fiscal, todos os problemas já foram equacionados pelo governo. A pendência que faltava foi solucionada nesta segunda-feira, 23/05, com a edição da Medida Provisória nº 534, que zerou as alíquotas de PIS/Pasep e da Cofins para os equipamentos. Falta ainda o **Ministério do Desenvolvimento** publicar a portaria relativa ao Processo Produtivo Básico (**PPB**) dos tablets, o que poderá ocorrer ainda esta semana, possivelmente antes da reunião.

Qualificação

A pendência mais relevante é a que tratará da questão trabalhista. Na reunião serão definidos os mecanismos a serem utilizados para o envio de 300 brasileiros para treinamento na China. Não está claro

ainda quem irá custear a viagem nem quais serão os critérios de seleção desses profissionais, ponto que inclui uma discussão em andamento com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o CNPq.

Além disso, como a Foxconn tem pressa em se instalar com a unidade de **produção** dos tablets da Apple, o governo poderá vir a permitir que chineses venham para o país, enquanto os especialistas brasileiros não estejam qualificados para trabalhar na empresa. Há uma possibilidade de os chineses financiarem o treinamento em troca de uma compensação futura desses custos.

Contêineres com componentes já chegaram ao **Brasil** e a empresa calcula que os iPads já possam estar prontos no fim de julho - a intenção é entregar o primeiro à presidenta Dilma Roussef. A Foxconn vai construir uma nova fábrica próxima à unidade já existente em Jundiaí, em São Paulo. Mas mesmo isso, de acordo com o que a empresa explicou a representantes do governo, a montagem se dará muito rapidamente.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL TEM SUPERÁVIT COMERCIAL DE US\$ 286 MILHÕES NA 3ª SEMANA DE MAIO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O superávit comercial da 3ª semana de maio ficou em US\$ 286 milhões, divulgou o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. No período, as **exportações** somaram US\$ 5,209 bilhões e as **importações**, US\$ 4,923 bilhões. No mês, o superávit chega a US\$ 2,746 bilhões. No acumulado do ano, o saldo está positivo em US\$ 7,775 bilhões, volume 86% maior do que no mesmo período de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO

REUNIÕES ENTRE **Brasil** E ARGENTINA

TENTAM SUPERAR CONFLITO

Países vão apresentar um levantamento sobre os produtos que estão parados na fronteira e negociar uma solução

Ariel Palacios - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE / BUENOS AIRES

O secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Alessandro Teixeira, iniciou ontem duas jornadas de reuniões com seu par argentino, o secretário de Indústria, Eduardo Bianchi, para tentar desativar a escalada de conflitos comerciais entre os dois países nas últimas semanas. As reuniões continuarão hoje entre os técnicos, que deverão apresentar um levantamento de todos os produtos que estão parados na fronteira.

Teixeira está acompanhado de Antonio Simões, subsecretário geral para América do Sul, Tatiana Prazeres, secretária de **Comércio Exterior**, e Daniel Godinho, diretor do Departamento de Negociações.

"Há produtos que estão há 300 dias na fronteira", disseram fontes do governo brasileiro. Depois dessa reunião, segundo as fontes, "cada lado fará as consultas internas". Participantes do encontro disseram que as

negociações "estavam um pouco travadas", embora exista "boa disposição dos dois lados".


Fontes do lado brasileiro, céticas sobre o avanço, indicaram que "no fundo, no fundo, os argentinos querem que as empresas brasileiras se instalem na Argentina". Essa foi a fórmula encontrada por empresas de calçados e baterias, que conseguiram driblar as barreiras argentinas abrindo fábricas no país.

Lista. Na lista de reclamações da ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, estão as barreiras que o

Brasil aplica à entrada do azeite de oliva, o selo fiscal sobre bebidas alcoólicas (especialmente o vinho argentino), além da suposta falta de cumprimento de uma cota para o leite em pó argentino no Brasil.

Entre as reclamações argentinas está o crescente superávit comercial que o **Brasil** tem com o país. O governo da presidente Cristina Kirchner argumenta que só nos primeiros quatro meses as **importações** de produtos brasileiros cresceram 33% em comparação com o mesmo período de 2010. Na contramão, apesar do câmbio favorável para o peso, as **exportações** argentinas ao **mercado** brasileiro aumentaram 22%. Neste contexto, o **Brasil** teve superávit de US\$ 1,3 bilhão, o dobro da marca do ano passado. Mas, embora o governo Kirchner reclame do suposto protecionismo brasileiro, desde 2008 a Argentina aplica várias barreiras protecionistas.

Para criar um clima favorável às negociações que iniciaram ontem, na quinta-feira o **Brasil** decidiu emitir um "gesto de boa vontade", liberando a entrada de veículos argentinos parados na fronteira. Mas a retribuição argentina só veio um dia depois, no fim da sexta-feira, quando foi liberada a entrada gradual de calçados, baterias e pneus.

	VEÍCULO MANAUS ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA e Governo do Estado incentivam <u>produção</u> de orgânicos		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Lisângela Costa , **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus**

Nesta quarta-feira (25), acontece o lançamento dos primeiros produtos a receber certificação orgânica da Agência de **Desenvolvimento** Sustentável do **Amazonas** (ADS): cacau nativo, juta e malva. O evento integra a programação da VII Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos, uma iniciativa do **Ministério** da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e inicia às 9h, no auditório Floriano Pacheco, sede da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**SUFRAMA**).

O lançamento desses produtos orgânicos é fruto de convênio firmado entre a **SUFRAMA** e o Governo do Estado do **Amazonas** por meio do sistema S.D.S/A.D.S. (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e **Desenvolvimento** Sustentável/Agência de **Desenvolvimento** Sustentável do **Amazonas**) no valor total de R\$ 231 mil, sendo R\$ 220 mil o montante repassado pela autarquia.

Durante o processo de certificação foram realizadas várias atividades, incluindo diagnóstico do processo de **produção**, identificação de associações e cooperativas com maior poder de organização para atuação no projeto, realização de oficinas com produtores e elaboração do sistema de controle interno da **produção** para adequação às normas constantes na legislação sobre certificação de produtos orgânicos.

A iniciativa vai beneficiar produtores do interior do Estado na medida em que proporcionará maior agregação de valor à matéria prima e a ampliação do nível de competitividade no **mercado** nacional e internacional, cujos primeiros reflexos já podem ser sentidos. Segundo informações da própria ADS, empresas beneficiadoras de chocolate (cacau) e indústrias de sacarias (juta e malva) já se mostraram interessadas nos produtos.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Governo Federal nega instalação da Adidas na <u>ZFM</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para secretário da Seplan, Marcelo Lima, o Estado não perdeu com essa decisão do governo, mas deixou de receber investimentos e de ganhar um novo produto no seguimento de calçados


Audrey Bezerra

A empresa alemã, Adidas não irá mais instalar fábrica de calçados esportivos na **Zona Franca de Manaus (ZFM)**. O pedido foi negado pelo **Governo Federal**, de acordo com o secretário de Estado Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico (Seplan), Marcelo Lima.

Marcelo Lima disse nesta segunda-feira (23), que a empresa não havia apresentado o projeto de instalação porque ainda aguardava pela publicação do Processo Produtivo Básico (**PPB**) para criação de um polo calçadista em **Manaus**.

Para Marcelo Lima, o Estado não perdeu com essa decisão do governo, mas deixou de receber investimentos e de ganhar um novo produto no seguimento de calçados. A empresa estimava investir R\$ 15 milhões na construção da unidade em **Manaus**. Segundo o secretário, a empresa tinha muito interesse em construir na cidade a sua segunda fábrica própria no mundo, evitando pagamento de sobretaxa na **importação** de tênis e recebendo incentivo fiscal. Para ele, a decisão do governo tem apelo político.

Atualmente, há polos calçadistas em nove estados brasileiros, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados).

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Produtos orgânicos são incentivados pela <u>Suframa</u> e Governo do Estado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O lançamento dos produtos orgânicos é fruto de convênio firmado entre a **Suframa** e a SDS, no valor total de R\$ 231 mil, dos quais R\$ 220 mil foram repassados pela autarquia

acritica.com

Cacau nativo, juta e malva serão os primeiros produtos a receber a certificação orgânica da Agência de **Desenvolvimento** Sustentável (ADS), durante a programação da VII Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos, que começa nesta quarta-feira (25), a partir das 9h, no auditório Floriano Pacheco, na sede da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, localizada no **Distrito Industrial**, Zona Sul de **Manaus**.

O lançamento desses produtos orgânicos é fruto de convênio firmado entre a **Suframa** e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e **Desenvolvimento** Sustentável (SDS), no valor total de R\$ 231 mil, sendo R\$ 220 mil o montante repassado pela autarquia.

Durante o processo de certificação foram realizadas várias atividades, incluindo diagnóstico do processo de **produção**, identificação de associações e cooperativas com maior poder de organização para atuação no projeto, realização de oficinas com produtores e elaboração do sistema de controle interno da **produção** para adequação às normas constantes na legislação sobre certificação de produtos orgânicos.

A iniciativa vai beneficiar produtores do interior do Estado na medida em que proporcionará maior agregação de valor à matéria prima e a ampliação do nível de competitividade no **mercado** nacional e internacional, cujos primeiros reflexos já podem ser sentidos.

Segundo informações da própria ADS, empresas beneficiadoras de chocolate (cacau) e indústrias de sacarias (juta e malva) já se mostraram interessadas nos produtos.